

## RELAÇÕES ENTRE BNCC E PNA: percepções das acadêmicas do curso de Pedagogia da UNIFEBE.

*Giselly Cristini Mondardo Brandalise<sup>1</sup>*

*Ivanete Lago Groh<sup>2</sup>*

***Eixo temático: 7 - Alfabetização e formação inicial e continuada de professores***

**Resumo:** A alfabetização é uma das temáticas centrais dos cursos de Pedagogia. Considerando as políticas educacionais mais recentes que abordam a alfabetização no contexto brasileiro, o objetivo deste artigo é verificar se orientações da BNCC e do PNA contribuem para que as acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE desenvolvam conhecimentos em relação à alfabetização. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em maio de 2021, por meio do Google Forms, com a colaboração de oito acadêmicas do curso de Pedagogia. Os resultados indicaram que as acadêmicas entendem a importância de ambas as políticas, estabelecem relações entre as mesmas e como compreendem a necessidade de refletir sobre as referidas orientações durante seus percursos formativos, e além disso, quanto os contextos de trabalho do professor alfabetizador, considerando que a maioria já está atuando profissionalmente na educação.

**Palavras-chaves:** Curso de Pedagogia; BNCC; PNA;

### 1 Introdução

Nos últimos anos as políticas de educação básica brasileiras têm incorporado elementos de formação, advindos, sobretudo, de modelos internacionais que são tomados como referência, e dessa forma, contribuem para estruturar os documentos regulatórios que tratam sobre os processos de funcionamento dos contextos

<sup>1</sup>Mestra em Educação pela UFPR. Professora do curso de Pedagogia da UNIFEBE. [giselly.mondardo@unifebe.edu.br](mailto:giselly.mondardo@unifebe.edu.br).

<sup>2</sup>Mestre em Educação pela UNIVALI. Professora do curso de Pedagogia da UNIFEBE. [ivanete@unifebe.edu.br](mailto:ivanete@unifebe.edu.br).

escolares. A título de exemplificação, toma-se como referência a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, instituída em 2017, e a Política Nacional de Alfabetização - PNA, instituída em 2019.

Estes marcos regulatórios atingem, portanto, o campo da formação inicial de professores em diferentes e significativos sentidos, tanto no que se refere ao aspecto mais formal, em relação à adequação curricular exigida pelo Estado, como pela recontextualização de saberes e conhecimentos pelos professores formadores nas licenciaturas e as estratégias pedagógicas adotadas por estes sujeitos, alcançando, em última instância, os professores em formação.

Se tratando de um debate em voga, o objetivo deste artigo é verificar se orientações da BNCC e do PNA contribuem para que as acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE desenvolvam conhecimentos em relação à alfabetização.

Para tanto, este trabalho está organizado da seguinte maneira: após a introdução, é apresentada a fundamentação teórica, que contempla as discussões da BNCC e do PNA em relação à alfabetização. Em seguida, a metodologia é descrita, e, na sequência, é apresentada a análise dos dados que precedem às conclusões.

## **2 Alfabetização e políticas educacionais brasileiras: um campo em constante desenvolvimento**

A alfabetização é uma das temáticas centrais dos cursos de Pedagogia. No contexto histórico brasileiro, os debates sobre os métodos de alfabetização, entre vertentes construtivistas e fonéticas, se fazem presentes há anos de maneira polêmica, e por vezes, contraditórias não apenas às conjunturas escolares.

Isto também ocorre no âmbito das políticas nacionais, das quais orientações epistemológicas, na teoria, embasam a prática pedagógica. Como aponta Gatti (2016, p. 23), “a formação tem sido utilizada como palavra de ordem nas reformas contemporâneas”. As mudanças socioculturais, econômicas e políticas pelas quais a educação passa tem exigido cada dia mais profissionais capacitados, atentos às políticas educativas e preparados com múltiplas habilidades para atuar com competência nas mais diversas situações.

Assim, conforme já discorrido anteriormente, neste texto os esforços de

reflexão serão centrados nas mais recentes políticas brasileiras, a BNCC e o PNA. Na sequência, os principais elementos destes documentos serão extraídos para fundamentar a análise de dados.

## 2.2 A alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada e homologada em dezembro de 2017, é um documento de caráter normativo que determina as aprendizagens essenciais que os discentes da Educação Básica devem desenvolver no decorrer desta etapa formativa. Neste sentido, serve como referência para que os currículos escolares sejam pensados no território nacional brasileiro (BNCC, 2017).

No que se refere aos anos iniciais, este documento postula que o conhecimento ocorre e se consolida de maneiras desordenadas, e portanto, as aprendizagens decorrentes da Educação Infantil - EI e de outras conjunturas devem ser consideradas em uma perspectiva de ampliação “das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.” (BRASIL, 2017, p. 59).

Estando a criança ciente da importância de seu espaço de fala, a construção do conhecimento para este agente potencializará sua autonomia intelectual, e dessa forma, a criança vislumbrará possibilidades para compreender mais efetivamente a cultura letrada (BRASIL, 2017).

Para além das competências cognitivas, a BNCC propõe uma formação integral dos estudantes, considerando tanto a dimensão intelectual, quanto social, ética e afetiva. Sobre a importância da alfabetização, o documento discorre que:

“Aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente, amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2017, p. 63).

A base indica que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir aos alunos a apropriação do sistema de ensino alfabético por meio de oportunidades que sejam amplas, ou seja, tenham origem em diversos contextos, e de maneiras articuladas ao desenvolvimento de distintas habilidades, visto que ao considerarem a leitura e a escrita, essas habilidades serão desenvolvidas em diversas práticas de letramento

(BRASIL, 2017).

O limite de escolaridade limite para a aprendizagem da leitura e da escrita foi uma discussão marcada por polêmicas no decorrer elaboração da BNCC, que ficou definida para o 2º ano do ensino fundamental, considerando que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a diretriz anterior, de 2012, colocava como o 3º ano do ensino fundamental como “teto” para o processo de alfabetização.

### **2.3 Os processos de alfabetização a partir da Política Nacional de Alfabetização - PNA**

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tomou como referência a discussão sobre os conceitos de alfabetização, ressaltando que não se tem no país uma compreensão objetiva do processo de alfabetização:

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. (BRASIL, 2019, p.18)

A alfabetização é uma área na qual há diversas polêmicas e pontos de vista contraditórios. A BNCC, além de instituir a alfabetização até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, compõe este polêmico debate ao estabelecer orientações que mesclam a perspectiva construtivista e a consciência fonológica.

O decreto que institui a PNA, prevê, dessa forma, que os programas e as ações desta política tenham ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos e produção de escrita.

Com o objetivo de reduzir o analfabetismo no Brasil é que a PNA discorre sobre as diretrizes para ações, bem como o desenvolvimento de programas do governo. Trata-se de uma política que vem repercutindo na educação brasileira, sendo marcada, no ano de 2019 por um conjunto de manifestos, cartas, reações e indagações de pensadores sobre esta política, que pretende orientar as ações dos processos de ensino das escolas públicas e de formação de professores.

O que está em jogo aqui é a noção de alfabetização que estabelece relações de poder e de conhecimento não apenas a o que os professores ensinam,

mas também aos significados produtivos que os alunos, com todas as suas diferenças culturais e sociais trazem para as salas de aula, como parte da produção de conhecimento e da construção de identidades pessoais e sociais. (BRASIL, 2019, p. 31).

É neste sentido que entende-se a escola como um lugar caracterizado por pluralidade de linguagens e culturas que estão em constante tensão, e além disso, se constroem modos singulares de produção de conhecimento junto à subjetividades: a alfabetização traz uma leitura entre o mundo e a palavra, um espaço-tempo de compreensão, tanto do mundo, como de si, que se constitui na relação com o outro por meio de discursos orais e escritos. A leitura do mundo está relacionada à aprendizagem e à leitura crítica das próprias experiências, que se constrem histórica e socialmente (ALMEIDA, 2019).

A PNA define a alfabetização como ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético e esclarece que:

Ao aprender as primeiras regras de correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a **decodificar**, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a **codificar**, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. O ensino dessas habilidades de leitura e de escrita é que constitui o processo de alfabetização. (BRASIL, 2019, p.18-19).

É no cotidiano da sala de aula que os fazeres, as práticas e os saberes são construídos, assim como as dificuldades encontradas, e, muitas delas, sanadas pelos alunos e professores no processo de alfabetização, tematizadas nas pesquisas. A escola precisa planejar de forma organizada e sistemática, como bem sinalizou Soares (2014), para possibilitar com que os aprendizes, em todo território nacional, tenham o direito de ler e escrever nas diversas situações pessoais, sociais e escolares, com diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções.

### 3 Procedimentos metodológicos e caracterização do campo de pesquisa

Esta pesquisa surgiu a partir do diálogo das professoras do curso de Pedagogia da instituição ao debaterem sobre a influência das políticas educacionais, e mais especialmente a BNCC e a PNA, postos em evidência com as acadêmicas da terceira

fase do curso de Pedagogia da UNIFEBE.

A coleta de dados ocorreu no mês de maio de 2021, por meio de um questionário online a partir da plataforma *Google forms*, com a resposta de oito acadêmicas que participaram das disciplinas de Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais e Alfabetização e Letramento: saberes e práticas, disciplinas em curso no presente semestre letivo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, no sentido de investigar a forma com a qual os fenômenos das políticas educativas atualmente em curso no Brasil, que contemplam a alfabetização, se expressam nos conhecimentos e nos percursos formativos das referidas acadêmicas, caracterizado-se, portanto, como uma investigação exploratória (FLICK, 2009).

Assim, no que tange à composição do questionário, realizaram-se cinco perguntas abertas relacionando os elementos da alfabetização presentes no PNA e na BNCC. As perguntas discorreram sobre as relações entre os documentos, suas importâncias para os agentes envolvidos (alunos, professores alfabetizadores e professores em formação), bem como influências na ação do professor em relação ao planejamento e a avaliação.

Na sequência, apresentam-se os resultados e a discussão dos dados da pesquisa. Para atribuir destaque às falas das acadêmicas, elas serão identificadas como A1 à A8, a fim de preservar suas identidades.

#### **4 Resultados e discussão dos achados da pesquisa**

Embora as disciplinas não tenham estabelecido relações intencionais entre si e também em relação aos documentos, todas as acadêmicas compreendem que as políticas são importantes e que estão associadas em alguma medida. Percebe-se, de modo geral, que as respostas das alunas são reflexões alusivas sobre os processos de trabalho dos profissionais alfabetizadores.

Quando questionadas sobre a importância de ambas as orientações para as crianças em alfabetização, as acadêmicas reconhecem que os documentos elucidam os caminhos de trabalho do professor alfabetizador a partir do que as crianças deverão desenvolver em termos de habilidades que devem se materializar em competências, por meio de estratégias que contemplem a utilização da escrita e dos sons das letras

para favorecer um aprendizado mais eficaz e melhor desenvolvimento das crianças em processo de alfabetização. Mas, diferenças são percebidas, conforme apontou a acadêmica A5: “Estão relacionadas, porém a BNCC não propõe uma metodologia específica, enquanto a PNA propõe o método” .

As falas das acadêmicas evidenciam, também, que as orientações trazidas por ambos documentos propiciam a elas, em relação à alfabetização, conforme discorre A7 “a base de tudo”. Na condição de professoras em formação, os esforços empreendidos pelas políticas educativas se apresentam com a oportunidade de adquirir, junto ao processo formativo docente, reflexões teóricas e práticas, considerando que a maioria das acadêmicas já está atuando profissionalmente na educação.

Sobre a importância dos documentos para os professores alfabetizadores, as acadêmicas referem que os documentos auxiliam o professor nos momentos de planejamento, elaboração de atividades e as formas mais adequadas de estabelecer os processos avaliativos. Para A3: “Além de guiar os professores em seus planejamentos, esses documentos são importantes para que as crianças tenham um aprendizado de qualidade.”. São reflexões importantes que denotam a percepção da responsabilidade da figura do professor alfabetizador como profissional que irá propiciar a formação integral prevista nas políticas educacionais.

Mais especificamente em relação a utilização das políticas nos procedimentos de planejamento e avaliação da ação do docente, para A1, é a partir desses documentos que o professor deverá se organizar para contemplar o desenvolvimento de atividades e habilidades necessárias para que a alfabetização ocorra “propondo experiências em que o aluno seja protagonista e após esse processo, com a avaliação, “devolva” para o professor tudo o que lhe foi ensinado.”. Em outro sentido, A6 destaca que “nem sempre os professores seguem o que os documentos propõem.”.

Fica evidente que a autonomia docente é fundamental para que os sentidos presentes nos documentos adquiram significado nas ações e práticas pedagógicas dos professores. Para Nóvoa (1992). o professor alfabetizador precisa estar qualificado em relação ao domínio dos conceitos e teorias de aprendizagens no processo de construção da escrita, assim como às estratégias de leitura.

## 5 Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi verificar se orientações da BNCC e do PNA contribuem para que as acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEDE desenvolvam conhecimentos em relação à alfabetização. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário, composto por cinco questões dissertativas, aplicado no mês de maio de 2021, via *Google Forms*.

Os resultados indicaram que as acadêmicas entendem a importância de ambas as políticas, estabelecem relações entre as mesmas e como compreendem a necessidade de refletir sobre as referidas orientações durante seus percursos formativos, e além disso, quanto os contextos de trabalho do professor alfabetizador, considerando que a maioria das colaboradoras já está atuando profissionalmente na educação.

Conclui-se, portanto, que junto aos estudos teóricos da temática, as atuais políticas de alfabetização brasileiras estão servindo de referência para as acadêmicas do referido curso de Pedagogia refletirem sobre a complexidade da atuação do professor alfabetizador. Considerando que as entrevistadas em questão estão apenas na terceira fase do curso, a partir das respostas obtidas, foi possível constatar que seus processos formativos são reflexivos e interdisciplinares.

Para Nóvoa (1992), a formação docente deve estimular uma perspectiva crítico reflexiva, fornecendo aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação. Assim sendo, estar nesse processo de formação implica investimento pessoal, trabalho livre e criativo com vista à construção de sua própria identidade profissional.

Encerrando o texto, sem cessar o debate, é preciso problematizar as propostas atuais para a alfabetização, considerando como as políticas e as pesquisas têm impacto no ensino, na aprendizagem e na formação do pedagogo. O estudo revelou que a implantação de uma política não se reverte, diretamente, em novas práticas, contudo ela pode representar mudanças na forma de compreender e fazer educação ao olhos das acadêmicas em formação.

## Referências

ALMEIDA, A. C. Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui: uma crítica ao conceito de alfabetização na PNA, à luz de algumas contribuições de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIL**. Belo Horizonte, v.1, n. 10. p. 52-57, jul./dez. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**. Brasília : MEC, SEALF, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, B. A. Formação de Professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**. Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

NÓVOA, A. Formação de professores. In: Nóvoa. A. (org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Dom Quixote, 1992

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.